

# DEPENDÊNCIA FICOU MAIOR

Déficit comercial do setor chega a US\$ 18,6 bilhões em 2021 e deve se manter neste ano, por falta de uma política industrial

Por Mônica Magnavita

**A** balança comercial do complexo da saúde, historicamente deficitária no Brasil, passou por mudança expressiva desde o início da pandemia, com o aumento da dependência internacional e correlata expansão do saldo negativo, que atingiu um recorde no ano passado. O crescimento em volumes, itens da pauta de importação e de preços resultou em déficit de US\$ 18,6 bilhões em 2021 ante US\$ 14,1 bilhões no período anterior, evidenciando a vulnerabilidade do setor e sua dependência externa. Os números incluem vacinas, insumos farmacêuticos ativos (IFA), respiradores e anestésicos e foram calculados pelo coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, Carlos Gadelha, autor da série histórica sobre o complexo da saúde, iniciada nos anos 1990. Tudo indica que 2022 repetirá o desempenho do ano anterior.

"A indústria da saúde mudou completamente com a pandemia. Deixamos de ser pequenos importadores e passamos a ser grandes compradores do mercado externo", afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), para quem a fotografia atual será mantida ao longo deste ano. As importações de medicamentos, que em 2020 somaram US\$ 4,5 bilhões, patamar semelhante ao de 2019, atingiram US\$ 8,1 bilhões no ano passado. Os números refletem, além do aumento de volume, a disparada de preços como efeito direto da lei de oferta e demanda. A tonelada vendida a US\$ 100 em 2020 chegou a US\$ 154 em 2021. "Este ano, o desempenho deverá ser o mesmo", diz Castro.

A reversão do atual jogo de forças no comércio internacional exige mudanças políticas de Estado que priorizem o setor como frente essencial para o desenvolvimento brasileiro, segundo especialistas e representantes de entidades de classe do setor. "Sem isso, a dependência das importações tende a aumentar. Ou temos política agressiva ou teremos cenário permanente



Castro, da AEB: passamos a ser grandes compradores do mercado externo

de crise sanitária, sem bases mínimas para a soberania em saúde”, diz Carlos Gadelha. O modelo defendido não é o de reserva de mercado, mas de política industrial e tecnológica capaz de assegurar acesso universal à saúde. Iniciativas nessa direção evitariam o salto das importações no complexo da saúde de US\$ 16 bilhões para US\$ 20,6 bilhões, sendo 15% deste total apenas em equipamentos médicos, entre 2020 e 2021.

A opinião é compartilhada por representantes da indústria do setor. Dois deles – Paulo Henrique Fraccaro, superintendente da Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (Abimed), e Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) –, entretanto, acrescentam mais um item: a falta de isonomia entre o produto importado e o nacional. A isenção de tributação de produtos comprados do exterior pelo setor público ou por hospitais beneficentes fortaleceu a importação em detrimento da produção local. A decisão do governo, estendida até o fim de 2022, torna o produto externo mais competitivo em relação ao nacional, dada a inci-

dência de tributos sobre a fabricação brasileira.

Para o Ministério da Saúde, a iniciativa garantiu atendimento emergencial de vacinas e equipamentos para a população brasileira no momento mais grave da pandemia. Já o setor privado enfatiza que a política adotada amplia a dependência tecnológica internacional do país, com desdobramentos negativos não apenas para o setor, mas também para a sociedade. “O Brasil tem quatro fábricas de seringas, com produção de cerca de dois bilhões. O governo liberou importação total sem tributação e, recentemente, prorrogou essa isenção até dezembro de 2023, chegando a importar cerca de 700 milhões de seringas. Se houvesse planejamento, o Brasil poderia importar muito menos”, destaca Fraccaro.

Mesmo itens relacionados a dispositivos médicos, como reagentes de laboratórios, luvas, sondas e equipamentos para cirurgia, por exemplo, que não envolvem tecnologia de ponta e altos investimentos em inovação, vêm do exterior. A política de compras do governo é apontada como a grande vilã da questão. “Quem apostou em investir em ventiladores no Brasil durante a pandemia perdeu. O preço internacional despencou depois de um tempo e o governo passou a importar. Não havia nenhum mecanismo para dar sustentabilidade econômica à produção nacional”, afirma Gadelha, da Fiocruz.

As importações de ventiladores saíram de US\$ 50 milhões em 2019 para US\$ 150 milhões em 2021; as de material de consumo, como máscaras, equipamentos de proteção e seringas, aumentaram de US\$ 600 milhões para US\$ 1,1 bilhão. “Estamos na contramão do que vem ocorrendo no mundo”, diz Fraccaro. A dependência do mercado externo se acentuou diante da escassez de insumos observada durante a crise gerada pelo coronavírus. A questão permanece presente. O acirramento da pandemia na Ásia e a guerra na Ucrânia ameaçam o abastecimento de insumos, medicamentos e equipamentos médicos, criando uma reviravolta no mercado de saúde, com desdobramentos ainda imprevisíveis.

Segundo estimativas da Abimed, se as importações de equipamentos médicos continuarem na velocidade observada até abril deste ano, o total chegará a US\$ 7,5 bilhões, valor 56% superior ao de 2021. “Enquanto não tivermos uma política de Estado, não vamos conseguir reverter o déficit comercial da saúde”, ressalta Fraccaro. Mussolini, do Sindusfarma, acrescenta que, aliado à questão tributária, é preciso ampliar o mercado consumidor interno para assegurar custos de produção competitivos. “Não conseguimos competir com China e Índia na atração de capital”, ressalta. Os maiores exportadores de equipamentos médicos para o Brasil foram Estados Unidos e China, que juntos somaram vendas de US\$ 1,9 bilhão.

O cenário é agravado pelos efeitos da guerra da Rússia e Ucrânia, já percebidos pelo setor. Pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (Abimed), entre suas cerca de 200 empresas associadas, revelou aumento de custos de importa-

### Balança comercial de dispositivos médicos

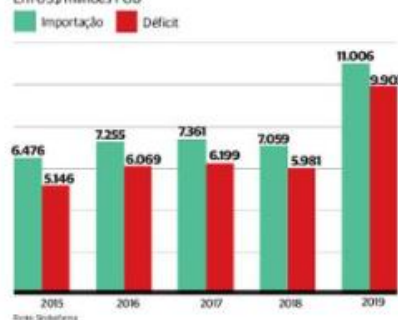
Em US\$ bilhões



Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (Abimed)

### Balança comercial de produtos farmacêuticos

Em US\$ milhões FOB



Fonte: Sindusfarma



Silveira Filho, da Abimed: Brasil tem de atrair investidores

ção desde o início do conflito armado. Para 100% dos entrevistados, a alta oscila entre 5% e 20%, sendo que o percentual mais elevado foi observado por 40% das companhias. A escassez de insumos no mercado global se manterá pelo menos até o fim de 2022.

A questão preocupa. Isso porque, no ano passado, o volume de importações superou em 27% o de 2020, muito em função da retomada de procedimentos e cirurgias eletivas, adiados no auge da pandemia, e da variação cambial. O ano de 2021 fechou com um total de US\$ 31 bilhões de compras externas, ante os US\$ 25 bilhões de 2020, patamar semelhante ao de anos anteriores. Em 2022, o valor deve repetir o desempenho do ano anterior. “Importações maiores se dão por uma série de razões. Nossa indústria produz itens de menor complexidade tecnológica, limitando os mercados e fazendo com que o valor das exportações não seja significativamente alto”, diz Fernando Silveira Filho, presidente da Abimed.

Os principais itens importados foram os de diagnósticos por imagem, ortopédicos, produtos cardiovasculares e aqueles aplicáveis em cirurgia em geral. A pauta de exportação apresentou os melhores resultados entre os segmentos que compõem o complexo da saúde reunidos sob o guarda-chuva da Abimed: US\$ 4,9 bilhões em 2021 e US\$ 3,9 bilhões em 2020.

O grande desafio do Brasil, segundo Silveira Filho, é se tornar atrativo para investimentos que tragam maior dinâmica para a indústria, o que exigirá segurança jurídica sólida e inserção do Brasil nas cadeias globais de produção, abastecimento e distribuição. “Sem isso, vai ser difícil virarmos esse patamar”, diz. Para ele, o Brasil deveria se valer do atual momento para capturar parte dos investimentos externos, tornando-se um hub regional capaz de competir no mercado global da saúde.

O momento é de mudanças no cenário global. O mundo passa por um processo de busca por melhores mecanismos de distribuição da produção internacional, a fim de reduzir a concentração na Ásia, sobretudo da China, e melhorar pontos de armazenamento e distribuição, reduzindo a concentração de rotas logísticas. “Todo mundo sabe que haverá outra pandemia, talvez daqui a dez anos. O setor de saúde tem se movimentado para buscar alternativas e seria importante para o Brasil se inserir nessa nova configuração”, diz Silveira Filho.

Os números do setor são expressivos. Hoje, o complexo da saúde representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB), já foi 7% e deve chegar a 12% nos próximos anos, com o envelhecimento da população, doenças associadas a esse processo e a queda de mortalidade infantil. Tais estatísticas devem ser vistas como oportunidade para o país.